

A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI NO ANO DE 2014: CONTEXTO E MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS

Alexandre Luís Ponce Martins

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá e professor colaborador da Universidade Estadual do Paraná – Paranavaí

poncemartins@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo procura analisar as dinâmicas da mobilidade da força de trabalho dos estados do Sul do Brasil com o Paraguai. Justifica-se a relevância deste estudo a partir da premissa do desenvolvimento desigual e combinado o qual permite a sedimentação de espaços dialéticos e díspares, identificar tais aspectos são significativos para a busca de soluções quanto à emancipação dos atores sociais envolvidos e na territorialização de espaço geográfico mais justo. Tal objetivo demandou a coleta de uma série de dados referentes às características e geoeconômicas da área em questão. Deste modo, torna-se possível justificar os interesses capitalistas em determinada área e a conseqüente atração populacional que fomentaria uma mobilidade centrada no trabalho, um ponto de vista que corrobora com as metodologias utilizadas, isto é: o método de análise dialético, a partir da geografia crítica radical e o método comparativo como meio procedimental. Do ponto de vista bibliográfico, fez-se uma revisão quanto aos conceitos pertinentes à pauta, ou seja, mobilidade da força de trabalho, território e fronteira. Buscou-se ainda, em um segundo momento, apresentar dados relevantes para a temática como: imigração, admissão e demissão de trabalhadores daqueles países fronteiriços no Brasil. Por fim, é pertinente sinalizar que o resultado obtido a partir deste material se mostrou satisfatório, isso porque as informações qualitativas e quantitativas articularam-se de acordo com os objetivos e métodos apontados.

Palavras-chave: Imigração. Território. Mercosul. Fluxos.

THE MOBILITY OF THE WORKFORCE ON THE BORDER BETWEEN BRAZIL AND PARAGUAY IN 2014: CONTEXT AND ECONOMIC MOTIVATIONS

ABSTRACT: This article seeks to analyze the dynamics of the mobility of the workforce in the southern states of Brazil with Paraguay. The search for the development of this study is justified from the premise of the combination that qualifies the sedimentation of dialectical and disparate

spaces, to identify such studies to search for solutions regarding the emancipation of the social actors involved and in the territorialization of fairer spaces. This objective requires the collection of a series of data referring to the characteristics and geoeconomics of the area in question. In this way, it becomes possible to justify capitalist interests in a given area and, consequently, promoting a mobility centered on work, a point of view that corroborates the methodologies used, that is: the dialectical method of analysis, based on the radical critical geography and the comparative method as a procedural means. From the bibliographic point of view, a review was made regarding the concepts relevant to the agenda, that is, mobility of the workforce, territory and borders. In a second moment, we sought to present still relevant data: such as the introduction, admission and dismissal of workers in border Brazil. Finally, it is pertinent to point out that what is obtained from information obtained from information obtained, this is because as specific qualitative and articulate this agreement with the objectives and methods indicated.

Keywords: Immigration. Territory. Mercosur. Flows.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo procura estabelecer relações quanto à mobilidade da força de trabalho no âmbito geoeconômico dos estados do sul do Brasil e o Paraguai. É importante colocar que este material traz informações que são parte de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual de Maringá, Paraná, no ano de 2016. A pesquisa de então procurou estabelecer uma conexão entre o deslocamento de trabalhadores entre os países fronteiriços do bloco no eixo do cone sul da América e uma possibilidade de influência subimperialista por parte do Brasil.

Releva-se que este artigo especificamente trata somente das relações que envolvem a mobilidade de trabalho no âmbito do Mercosul, mais precisamente com relação ao Paraguai, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A questão das possibilidades referentes ao subimperialismo brasileiro no bloco econômico sul-americano ficarão para um outro momento.

Salienta-se que tal pesquisa se fundamentou a partir dos pressupostos referentes à geografia crítica. Deste modo, para se chegar ao objetivo proposto foi necessário partir de uma leitura que se baseou metodologicamente no materialismo histórico dialético. Geograficamente, entendeu-se que a perspectiva analítica envolve os conceitos de espaço e território, uma vez que as relações de trabalho no âmbito do sistema capitalista corroboram com relações de poder.

Assim, sistematizar, relacionar e sintetizar semelhanças e dissensos quanto às questões que levam às ordens de mobilidade centrada na força de trabalho da área em questão possui

relevância significativa. Isso porque as relações trabalhistas de natureza capitalista podem influenciar no deslocamento dos trabalhadores, assim como na materialização concreta do capitalismo que pode ser traduzir em desigualdade socioespacial. Tais circunstâncias interferem em relações de âmbito político, cultural, educacional, agroindustrial, urbano, entre outros.

De uma forma geral, alguns objetivos secundários para a realização deste artigo foram: (I) revisar bibliograficamente os conceitos de mobilidade humana, território, fronteira; e (II) elencar dados quanto à mobilidade de trabalhadores entre os estados do sul do Brasil e o Paraguai. A partir de uma abordagem comparativa foi possível estabelecer relações geográficas de proximidade e de cunho econômico que facilitaram a mobilidade de paraguaios para o Sul do Brasil

Por fim, pontua-se que o artigo está dividido em duas partes que estão além desta introdução, de modo que a primeira reflete as revisões bibliográficas conceituais conforme já exposto. Em um segundo momento estarão em relevo os dados referentes à mobilidade da força de trabalho relativa ao Paraguai nas unidades federativas de: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

De acordo com a proposta deste estudo, é relevante pontuar a necessidade de se construir uma discussão conceitual que trate dos três conceitos que tocam de forma pertinente a temática, isto é, mobilidade humana, fronteira e imperialismo. Doravante dividir-se-á esta parte de modo a compreender a relevância destes conceitos para os objetivos propostos por este artigo.

A mobilidade humana é uma das consequências das medidas capitalistas inseridas no meio social e econômico. O conceito pode traduzir áreas de atração e repulsão populacional a partir de medidas tomadas pelo Estado, e também, outros agentes diversos. O esgotamento da reprodução de capital abre novas áreas de investimento que pode levar a população como massa de manobra e recurso para reprodução ampliada de capital, isto é, não há mais valia sem a exploração do trabalho humano.

Em segundo lugar, as noções de território e fronteira colocam diretamente o papel do Estado no debate, sendo que o primeiro é o espaço de soberania das nações, e o segundo o

ambiente de tensão entre a transição de seu espaço e de outro Estado próximo. Esta tensão é articulada por atores diversos e se espelha nas relações capitalistas de produção, trazendo consequências na construção do espaço geográfico. Esclarece-se, contudo, que o território é um conceito amplo e permite interpretações diversas, no que tange questões políticas, sociais e culturais, de modo que, todos devem ser esquadrihados para abranger com clareza aquele ao qual se encaixa no perfil desta pesquisa. De qualquer modo, o primeiro tópico, a seguir, faz referência à mobilidade humana.

2.1. A MOBILIDADE HUMANA

O ser humano enquanto um dos aspectos de estudo da geografia, deve ser considerado sempre fator de interação e alteração do espaço geográfico. A capacidade de transformação do homem quanto à natureza e suas respectivas relações permitiu a criação da História. As mudanças estabelecidas na natureza por meio do homem são realizadas por meio do trabalho.

Se as noções de mobilidade estão diretamente relacionadas ao aspecto temporal, faz-se necessário discutir teoricamente alguns aspectos históricos quanto à própria mobilidade dentro da área da geografia a qual mais adquire afinidade, a geografia da população. Para tanto, discute-se posteriormente as articulações que se desenvolveram até se chegar aos conceitos contemporâneos.

A mobilidade se mostra um conceito essencial para se analisar a dualidade homem natureza. A mobilidade pode ser definida como o movimento dos corpos a partir do espaço, sendo portanto sujeita à qualquer espécie de deslocamento, sendo humano ou não. Salienta-se que no presente caso, considerar-se-á o que se entende por “mobilidade humana”, esta se refere ao movimento dos seres humanos a partir de incentivos diversos, entre os quais se pode destacar o capitalismo e a força de trabalho.

A mobilidade da força de trabalho está presente na sociedade capitalista e possibilita dinamismo significativo no que se refere às trocas comerciais, e conseqüentemente, na reprodução do capital. No caso das relações econômicas dos Estados membros do Mercosul, pode-se considerar elevados fluxos de deslocamento, principalmente em ambientes de fronteira. Considerando esta situação possibilitada pelos benefícios comerciais estabelecidos pelo bloco

econômico, é plenamente justificável discorrer de maneira crítica as delineações que se dão a partir do conceito de mobilidade.

Tratando-se de estudos de mobilidade, pode-se destacar primeiramente que o conceito é tema de estudo de diversas áreas da ciência, entre as quais se pode citar: a sociologia, a psicologia, a demografia e a economia, conforme pontua Rocha (1998). Esta ampla abordagem do tema aplica uma dimensão transdisciplinar que permite uma visão mais ampla no que toca as ciências sociais. Nesta perspectiva, a mobilidade humana se delinea a partir de três outras ordens de mobilidade; a mobilidade física, a mobilidade social e a mobilidade centrada no trabalho (ROCHA, 1998).

A mobilidade física é subdividida em macromobilidade física e micromobilidade física, a primeira se caracteriza por movimentos entre sujeitos em grande escala, isto é, escala internacional, nacional, estadual e municipal. Tal tipo de deslocamento não considera a dimensão da vida cotidiana, isso porque são fluxos demográficos. A micromobilidade sim abrange tal perspectiva a partir de exemplos como: deslocamentos para trabalho, escola, compras, entre outros. (ROCHA, 1998).

Ainda de acordo com o último autor, a mobilidade social está inserida no contexto das mudanças estruturais que podem ocorrer dentro das classes sociais. É um movimento vertical não concreto, ou seja, não tangível na natureza espacial, contudo é refletivo consequentemente na territorialização do espaço a partir das relações sociais. Este tipo de mobilidade é abordada comumente a partir Sociologia, contudo não deixa de ser objeto de estudo da Geografia, já que suas consequências se territorializam no campo simbólico e na desigualdade socioespacial.

Por fim, de acordo com Rocha (1998) a mobilidade centrada no trabalho se refere ao movimento populacional incentivado pelos interesses econômicos do capitalismo, interesse que incentiva, mesmo que de forma inconsciente, o deslocamento de pessoas em função de trabalho. É significativo estabelecer que há relações neste âmbito mais ou menos perversas, não pertinente colocar no mesmo bojo aqueles que se deslocam para trabalho qualificado em outros países, por exemplo: um engenheiro de software que migrou da Índia para viver e trabalhar nos Estados Unidos não está no mesmo grau de vulnerabilidade que um mexicano ilegal no mesmo país.

Sobre a mobilidade Becker (2006) destaca que o termo foi objeto de análise de várias interpretações, sendo que entre estas, relevou dois modelos, um de julgamento neoclássico e

outro de base neomarxista. Isto é, são estudos ou voltados à interpretações quantitativas acrílicas ou respectivamente a abordagens críticas. Até os anos de 1970, a visão dos fluxos migratórios estava sedimentada nos movimentos individuais da população onde as informações estatísticas da ciência demográfica se sobrepunha quanto ao fatos histórico-geográficos. Sobre isso Becker (2006 p. 323) escreve que:

Tal concepção levava a um modelo redutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da “decisão pessoal” e não pressionada ou produzida por forças socioeconômicas exógenas.

Entre os trabalhos que Becker (2006) considera como neomarxista, está a publicação de Gaudemar (1977), o economista francês retrata que o deslocamento da população está relacionado aos interesses do sistema capitalista de produção. A partir das ciências econômicas o último autor contribui de maneira significativa para o desenvolvimento do conceito de mobilidade sob uma perspectiva crítica. Para ele a mobilidade possui influência relevante no âmbito das relações de trabalho no sistema capitalista, a qualidade da força de trabalho coopera para o surgimento de uma série de fenômenos de mobilidade, como: os trabalhos temporários, imigrações, movimentos pendulares, entre outras possibilidades.

Contrapõe-se, portanto, às abordagens do modelo neoclássico, a partir do momento que o capital passa a exercer uma espécie de “mobilidade forçada”, elimina-se a hipótese da decisão pessoal enquanto determinante para o deslocamento. Rocha (2008) explicita que esta “mobilidade forçada” ocorre a partir dos interesses do capitalismo e as condições para deslocamento são exógenas à vontade do trabalhador. Gaudemar (1977) também retrata que o capitalismo influencia a maneira como os seres humanos estabelecem seus comportamentos, em meio aos interesses do sistema ocorre a mobilidade da força de trabalho. Neste sentido, todo planejamento capitalista de mobilidade é também mobilidade forçada.

Nesta conjuntura, Gaudemar (1977, p. 190) coloca que a “[...] mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício de sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e assim

produzirá o capital”. Existe uma “escolha” em se deixar explorar pelo capital para gerar mais valia para os donos dos meios de produção. Mais adiante ele ainda esclarece que:

A relação entre mobilidade e a liberdade da força de trabalho pode ser ainda precisada. No seu aspecto positivo, a liberdade condiz à possibilidade do trabalhador escolher seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e o seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele o exerce. (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Mais uma vez Gaudemar (1977) procura colocar entre aspas a palavra “liberdade”, pois para ele as circunstâncias de tal mobilidade envolvem uma situação de coação. A vontade de se deslocar para outra área é, na verdade, forçada porque as medidas que levam os indivíduos em questão a se deslocar não são tomadas pelos próprios.

Os trabalhadores que vem a se deslocar no espaço em função dos interesses capitalistas fazem parte de um estoque de trabalhadores criadas para serem utilizadas quando o capital necessitar. Este excedente de trabalhadores é chamado de exército de reserva, eles podem estar já inseridos na sociedade capitalista ou surgir a partir de novas relações de trabalho, o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias podem vir a estabelecer mais desemprego e mais indivíduos para o exército de reserva.

Como exemplo dessa última situação, Becker (2006) descreveu o caso dos pequenos proprietários de terra que são expulsos do campo por meio de mudanças da sociedade capitalista. A expropriação do sujeito de sua terra pode ocorrer via pressão de mercado ou por surgimento de maquinários agrícolas, no caso é criado um trabalhador livre para o exército de reserva. Este último fica latente até uma nova atividade o absorver, muitas vezes em outras localidades, o que tem como consequência a mobilidade do indivíduo. Em outras palavras, é a descrição do êxodo rural que ocorreu no Brasil de forma intensa entre os anos de 1950 e 1980.

Existem ainda aqueles indivíduos que estão em situação de emprego irregular, esta população se encontra em precariedade no que se refere ao seu trabalho, executam suas funções laborais em condições insalubres, perigosas e com baixas remunerações. Estes sujeitos também se deslocam por vezes em busca de outro tipo de emprego, como exemplo se pode citar o caso de

alguns trabalhadores rurais que começaram a realizar a migração sazonal a partir da modernização da agricultura no estado do Paraná, como afirma Ribeiro (2011).

Tais casos se assemelham também à questão dos brasiguaios, estes segundo Silva (2010), tiveram seus movimentos influenciados por planejamentos governamentais de Brasil e Paraguai na segunda metade do século XX. São casos de pessoas que passaram a viver em ambos os países sob diversas condições, vários tipos de trabalho e quase nenhum apoio. Assim, criam uma identidade própria ao mesmo tempo que são renegados pelos dois países em questão. Estes planos oficiais foram incentivados pela exploração capitalista naquele espaço de fronteira e incentivou o deslocamento destes atores.

As relações capitalistas transformaram de forma significativa o modo que as populações dependentes do sistema visam se deslocar a partir do espaço. Salienta-se aqui novamente, que a mobilidade humana não tem gênese a partir do advento do capitalismo, visto que, em sociedades da antiguidade ou mesmo aquelas que se pode denominar de primitiva, também praticava tal ação. O que a mobilidade centrada no trabalho tem em comum com os antigos deslocamentos é a necessidade. Primitivamente os povos se deslocavam em busca de alimentos, local seguro, terras férteis, entre outro. Atualmente estas necessidades são produzidas externamente ao que se refere ao limiar consciente do indivíduo, este continua a carecer de alimentos e outras necessidades, contudo é influenciado a se mudar para locais específicos, onde ele acredite em uma maior possibilidade de suprir estas mesmas necessidades. (BECKER, 2006).

Além destes pressupostos destacados por Becker, vale considerar que existe o tipo de mobilidade que não é forçada, de forma que, os indivíduos neste caso adquirem o desejo de se deslocar a partir de um referencial, que não necessariamente, tenha haver com as práticas do capital. Por exemplo, indivíduos que se deslocam para estudar ou em razão de oportunidades de melhor remuneração salarial. Neste último contexto, esclarece-se que o sujeito possui maior clareza quanto à sua escolha, ou seja, entre ficar ou se mover para o outro local, essa mesma escolha não alteraria significativamente sua qualidade de vida, o que não ocorre com o proletário que é explorado pelo sistema, muitas vezes não tem outra alternativa, ou migra ou tem uma piora significativa em seu modo de vida. Por vezes estas relações podem ocorrer de forma integrada, o que salienta a complexidade de tal relação.

Deste modo, para compreender tal complexidade a partir de um pressuposto crítico, deve-se levar em consideração o espaço geográfico enquanto ambiente de transformação das relações sociais e de poder econômico. Portanto, o estudo do território faz-se necessário para atingir tal objetivo.

2.2 O TERRITÓRIO E SUA RELAÇÃO COM A FRONTEIRA

O espaço é um conceito amplo para os estudos geográficos, isto é, quando tratamos do território, deve-se ressaltar que este último tem como base um espaço em essência que lhe suporta, dá base. Raffestin (1993) escreve que: “O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência(sic), revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. O território pode ser definido, portanto, como um conjunto de relações humanas fomentadas pela busca de poder no espaço geográfico.

Os territórios e suas respectivas territorialidades passam por modificações conceituais que se resignificaram e ainda o fazem a partir do decorrer histórico. Tais mudanças ocorrem a partir das transformações que os atores sociais permitem no meio que vivem, de modo a transformar também o espaço em que vivem. Este espaço é legitimado por alguns a partir do poder que exercem sobre ele. A dominação ao qual o espaço é condicionado ocorre a partir de escalas diversas, por instituições e atores diversos a partir de um processo de desterritorialização e reterritorialização constante e rápido. Desterritorialização e reterritorialização ocorrem quase que simultaneamente, uma vez que o capitalismo a partir de suas exigências em busca de reprodução de capital resignifica espaços modificando o poder que ali atua, provocando alteração da entidade que controla tal local. (SAQUET, 2013).

Segundo Saquet (2013) a questão da territorialização existe, inclusive, no campo da psicanálise, o autor coloca as contribuições do filósofo Gilles Deleuze e do psicanalista Felix Guattari. Ambos estudam o conceito a partir do imaginário, onde o desejo do indivíduo influencia na reprodução da lógica do capital, isto é, uma subjeção que contribui para ampliação das questões de desigualdade no real. A desigualdade territorial também é retratada por meio do

pensamento de outros autores, assim Saquet (2013) esclarece os primeiros estudos de Dematteis (1975), ele argumenta que o território:

[...]é compreendido como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), como características naturais (clima, solo...), relações horizontais (entre as pessoas, produção, circulação...) e verticais (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas relações territoriais (horizontais e verticais) (SAQUET, 2013 p. 57).

Observa-se que o território é demasiadamente complexo pois está inserido em dinâmicas que perpassam o social, atingem o natural em diversas escalas; tanto de alcance: do local ao global, como de atuação: vertical e horizontal. Observa-se que a questão natural adquire importância na concepção de Dematteis (1975), mas sempre articulando com processos históricos e sociais. Um viés coerente na perspectiva geográfica, que por vezes não condiz com o pensamento de outros pensadores. Assim, Saquet (2013, p. 66) coloca:

Agrupando obras e autores de ciências sócias, dos anos 1970, foi possível identificar: a) uma tendência na qual se efetiva uma abordagem mais conservadora, materialista e areal; b) outra, centrada no conceito de território usado e apropriado econômica e geopoliticamente e, c) outra tendência, cada vez mais significativa, voltada à problemática do desenvolvimento territorial, tentando conciliar áreas, redes e múltiplas relações sociais.

A primeira perspectiva colocada por Saquet (2013) é condicionada pela visão de que o território existe a partir de relações naturais e humanas por meio dos órgãos do poder público, são territórios políticos vizinhos e não sobrepostos, o que torna tal concepção limitada pois se refere apenas à atuação do Estado, desconsiderando as demais relações sociais. Quanto à perspectiva “b” o autor descreve que pode-se dividir tal concepção em outros dois aspectos, um primeiro que estabelece o território a partir das relações de soberania entre Estados, a partir de expoentes econômicos sob elementos materiais e imateriais, portanto, geopolítico, e um segundo que se baseia na teoria materialista histórica, sob as circunstâncias do, trabalho, espaço e reprodução do capital.

A última perspectiva é colocada em pauta por Bagnasco (1977), o autor define a problemática do desenvolvimento territorial a partir dos processos históricos que o constituem,

isto é, compreende o conceito por uma ordem multifacetada, onde são considerados todas as interações sociais, decorrentes de fatos temporais sob ordens econômicas, políticas e culturais sob o espaço geográfico. A terceira abordagem é a mais completa quanto às considerações territoriais, pois abrange os principais aspectos teóricos dos dois primeiros. Entre os principais expoentes desta abordagem está Raffestin (1993).

O território, segundo Raffestin (1993) é um sistema que pode ser representado em uma fórmula onde está inserida as relações de trabalho e produção, o qual o autor chama de sistema territorial. Este é composto por três subconjuntos estruturais: as superfícies, os pontos e as linhas.

Sistema de objetivos e de ações Conhecimento e práticas Elementos do espaço	Econômicos	Políticos	Sociais	Culturais
Superfícies	Tessituras	Idem	Idem	Idem
Pontos	Nós	Idem	Idem	Idem
Linhas	Redes	Idem	Idem	Idem

Quadro 1 - O Sistema territorial

Fonte: Raffestin (1993).

Para Raffestin (1993) o quadro 1 revela as relações de produção, de poder e suas respectivas representações no território, é a partir dos seus significados que se chegaria ao entendimento profundo do território. Os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais estão sempre sendo analisados e resignificados pelo Estado, utilizados pelas grandes empresas e também pelos indivíduos; todos estão presentes no sistema, desde um financiamento de uma casa própria até a construção de infraestruturas estatais ou privadas de grande porte.

Caracterizando cada um dos três subconjuntos, tem-se os pontos. Estes representam para Raffestin (1993) a expressão do indivíduo, ou seja, é o local onde os egos dos atores entram em concordância ou conflito. As linhas, ainda a partir do raciocínio do mesmo autor, representam as relações entre os atores, estas redes possuem possibilidades quase infinitas, uma vez que as ligações entre três pontos representam oito possibilidades de redes, enquanto que seis pontos já seriam mais de trinta e duas mil. Colocando esta premissa para a realidade dos territórios dos Estados-Nação, é possível elencar uma série de possibilidades de ações para o Estado.

As tessituras justificam o surgimento dos limites, uma vez que, as superfícies são as zonas de atuações dos atores diversos no território e, por sua vez, criam as territorialidades. Seria mais

simples analisar os territórios se este terminasse em algum limite simples, porém não é o que ocorre, as áreas de influência dos territórios se fundam, se intercalam e superpõem, sob a ordem de vários poderes atuantes em diferentes escalas. Desta forma, quanto aos limites:

Toda tessitura implica a noção de limite. Aqui também se descobre que a noção de limite é um dos componentes gerais de toda prática, não somente espacial. Seria fácil mostrar que a imagem da noção de limite é quase universal em todos os tipos de práticas e de conhecimentos. Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implicam a noção de limite: é preciso delimitar. Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

O Estado Nação possui limites menos dinâmicos, o que não implica historicamente em mudanças, todavia se comparado às regiões econômicas as regiões administrativas são temporalmente muito mais estáticas do que as demais formas de território. O território pode ser significado de formas diversas, deve-se, portanto, contextualizá-los para compreender aqueles aos quais serão tratados.

Os territórios mais dinâmicos não possuem um limite fixo, uma vez que, as áreas de atuação se misturam, os territórios menos dinâmicos, os administrativos por exemplo, são regulados de forma mais rígida, em função dos objetivos de um Estado que ali é soberano. A soberania é um termo antigo que permeia relações políticas há muito tempo no decorrer histórico, segundo Azevedo (19.. p. 19), vulgarmente o termo soberania se refere ao “poder incontestável do Estado, acima do qual nenhum outro poder se encontra”, porém o autor ressalta também que o termo tem uma origem etimológica no latim, do *superanus* ou *supremitas*, que se referia ao poder, considerado absoluto, de deus.

Outra possível associação à palavra soberania pode ter ocorrido na idade média a partir das relações de suserania e vassalagem, onde o conceito pode ter evoluído a partir do primeiro, os senhores suseranos tinham poder sobre seus vassalos. A partir da origem da palavra, isso de acordo com Azevedo (19..), destaca-se que o vocábulo ganha sentido, inicialmente, a partir do ponto de vista jurídico, uma vez que, por meio das leis o Estado se faz soberano de um modo que não permite qualquer outro poder maior que o seu no que se refere às suas políticas internas.

Atualmente o discurso clássico da soberania sofre a partir das modificações implicadas no mundo contemporâneo mais recente a partir do processo de globalização, os Estados não têm o mesmo controle de suas fronteiras, que delimitariam, em teoria, o território ao qual é soberano. Segundo Hermann (2011) a soberania do Estado é constantemente confrontada pela dinâmica dos fatores ligados à globalização, a exemplo do que ocorre com ativismos internacionais, os direitos humanos, movimentos étnicos, migrações ilegais, entre outros.

A partir do fim da Guerra Fria e com o advento da globalização, a cena internacional passou a ser objeto de mudanças que puseram em questão os conceitos utilizados até então para interpretá-la. [...] a regulação de vários fatos próprios à vida internacional passou a ser questionada de forma reiterada. A intensa porosidade das fronteiras nacionais, que dificulta a clara distinção entre o interno e externo; o surgimento e a expansão do transnacionalismo, que engendrou a organização de interesses supranacionalmente; o aparecimento de corporações globais; e a internacionalização dos direitos humanos criaram um cenário complexo, desafiador e intrigante, que não raro pôs em dúvida a manutenção do conceito de soberania em sua concepção clássica, ligada à não intervenção nos assuntos domésticos (HERMANN, 2011, p. 145 e 146).

As relações internacionais atuais foram modificadas a partir do avanço das tecnologias de informação que aumentou fluxos diversos, de modo que, o Estado não consegue vigiar suas fronteiras como em outrora. A questão da soberania enfrenta um embate onde o povo terceiriza sua soberania para operação do Estado que burocratiza as fronteiras com o objetivo de obter um maior controle do local, porém prejudica a soberania da população local que possui uma noção de território e fronteira cultural mais legítima subjetivamente do que o ponto de vista político. Percebe-se neste contexto que as áreas limítrofes de um Estado-Nação não são heterogêneas, a partir do momento em que se passa o limite, ocorre uma zona de transição em que ambos os Estados têm os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais em sobreposição, a esta zona o qual denominamos fronteira.

Historicamente, as relações humanas passaram por fases diversas quanto às suas relações sociais, políticas e econômicas. Essas relações possuem motivações variáveis que se caracterizam pelas condições temporais, que refletem no espaço geográfico. A fronteira é uma consequência das motivações e mudanças provocadas pelas relações sociais. É um conceito que permite várias análises, abordagens e entendimentos. Vale salientar que, apesar de permitir várias interpretações,

é adequado destacar a sociedade humana capitalista é dialética, está em constante mudança em cada recorte temporal, mudanças estas que influenciam tempos posteriores, o que torna o território dinâmico e não estático. Sobre o território no contexto da geografia brasileira Souza (2012, p. 81) escreve:

Retornando ao conceito de território, é imperioso que saibamos despi-lo do manto de imponência ao qual se encontra, via de regra, adornado. A palavra território normalmente evoca o território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em 'defesa do território pátrio' em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor... No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN), territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o 'território nacional'.

Souza (2012) coloca em questão o problema do senso comum que toca o entendimento de território, este é aplicado conforme as relações do Estado-Nação, o que de fato não é incorreto, porém torna-se empobrecido conceitualmente quando ignora as demais formas de território. Como o autor bem colocou, os territórios assumem formas, escalas e periodicidade diversas, assim, ampliando sua escala de atuação, muitas vezes interpondo-se. Quanto à questão Haesbaert (2012) retrata os conflitos entre a fronteira política do Estado-Nacional e a fronteira cultural que resiste a partir dos atores locais:

Assim, quando nos reportamos à desterritorialização, precisamos deixar claro se estamos nos referindo à imbricação de suas dimensões, uma política, mais concreta, e outra cultural, de caráter mais simbólico, ou privilegiando uma delas, mesmo porque muitas vezes se tratam de processos não-coincidentes. Embora fronteiras de domínio político possam corroborar e mesmo criar uma identidade cultural, como foi o caso de muitos Estados-nações, nem toda fronteira de apropriação territorial no sentido cultural coincide com o e/ou proporciona uma fronteira política concreta. Muitos processos de desterritorialização contemporâneos, como nos casos dos refugiados de Ruanda e dos palestinos, decorrem, pelo menos em parte, dessa desconexão entre territórios no sentido de domínio político e territórios no sentido de apropriação simbólico cultural. (HAESBART, 2012. p. 169).

Mesmo os Estados que estabelecem uma fronteira política solidamente definida podem apresentar conflitos que se chocam com a identidade cultural expressa na fronteira. Haesbaert (2012) coloca em evidência fronteiras instáveis politicamente em razão de questões culturais. Portanto, as duas dimensões territoriais sempre devem ser consideradas quando se trata de território em ambiente de fronteira.

Fronteira é um termo que pode ser associado a várias interpretações, como se observou anteriormente, nesta pesquisa, é essencial o estabelecimento do conceito de fronteira como limite entre os Estados Nacionais. Neste sentido, Max e Oliveira (2009) destacam o termo a partir da perspectiva aqui proposta, assim, fronteira é descrita como limite que separa o território nacional do internacional, é o início e o fim do Estado, sendo que, o limite propriamente dito, pode ser entendido como as extremidades das regiões, que são designados com papel de dividir politicamente governos, regiões, municípios territorialmente, isto é, é no limite que se inicia ou acaba a soberania de tal indivíduo ou grupo. O autor destaca ainda que os limites internacionais devem ser tratados com caráter especial, uma vez que, há maior importância devido ao fato de se tratar das margens das maiores unidades políticas do mundo atual, os próprios países.

Para Frasson (2014), a fronteira é uma “faixa do território de um país que se estende ao longo da linha limite.” (Frasson, 2014, p. 54 e 55). Quando se trata de uma análise próxima a regiões de fronteira, deve-se considerar as características presentes; isto é: a diversidade cultural, as regulamentações alfandegárias e a criminalização; pois são fatores de tensão entre a fronteira e o Estado (RAFFESTIN, 1993).

Neste sentido, observa-se que a fronteira possui uma área maior de influência que vai além da própria linha-limite, ou seja, existe uma área dentro dos territórios nacionais, que possuem em vários aspectos que são dissensos quanto às áreas centrais do próprio país, estes são fatores de tensão entre a fronteira e o Estado Nacional. No território soberano do Estado, há a capital política, onde geralmente, localizam-se os centros econômicos, políticos e culturais, enquanto que, a fronteira é demarcada pelo perímetro desenhado nas margens do Estado. O centro é o local onde estão os atores que detém o poder do Estado, aquele que territorializa o espaço, e o transforma conforme seus interesses, de modo que, gera uma tensão com os indivíduos que vivem em ambiente de fronteira:

É, em primeiro lugar, a existência de uma coletividade soldada por ações criadoras de relações, que fundamentam diferenças específicas. O lugar, sem essas relações, não passa de um lugar entre muitos outros. Que esses locais muitas vezes têm ocupado o centro geométrico nada mais significa que o fato de a unidade se constituir sempre “em volta” de alguma coisa, mas isso é apenas uma imagem construída a posteriori. A centralidade é, portanto, na sua essência uma entidade com duas faces: Um “topos” e uma “tensão”. (RAFFESTIN, 1993, p.187).

Portanto, o “topos” seria a capital política do Estado e a “tensão” as regiões de fronteira, marcadas por políticas exógenas às suas pretensões econômicas. Neste sentido, deve-se considerar além dos fatos econômicos, também os diplomáticos, militares, os políticos, entre outros.

O motivo de se manter uma área de contínua tensão é o seu propósito, ou seja, a soberania e a defesa do Estado, nesse sentido Guichonnet e Raffestin (1974) delimitaram cinco funções para atingir tal propósito, estes são: função legal, função fiscal, função de controle, função militar e função ideológica. Max (2008) explica sobre tais cinco formas funcionais: a função legal é alicerçada pela área espacial do Estado, a função fiscal tem motivações protecionistas e as utiliza por meio de barreiras alfandegárias, a função de controle é legitimada para impedir a entrada de pessoas e mercadorias que possam ferir a legitimidade jurídica do Estado, a função militar é desencadeada pela proteção da soberania do centro do Estado e a função ideológica se dá a partir da diferenciação dos sistemas políticos e ideológicos.

As fronteiras, os territórios e os poderes que ali se relacionam são de extrema complexidade, uma vez que, devem ser considerados a partir de aspectos diversos, ora legais, ora estatais, ora influenciados por novas tecnologias sob diferentes aspectos históricos, econômicos, políticos, geográficos, entre outras possibilidades. Considera-se portanto, que há Estados soberanos que conflitam com os atores sociais que habitam os próprios Estados, donos também de sua soberania, que lhes é alijada a partir dos contextos legais, todavia no contexto cultural e histórico possuem direitos que legitimam os conflitos que ocorrem em ambiente de fronteira. O capitalismo exerce uma função econômica e sobrepõe do ponto de vista econômico Estados sobre outros, a partir de uma lógica regional ao qual aquele mais desenvolvido tecnologicamente passa a impor seus objetivos sobre outras nações, o que pode provocar diferentes formas de mobilidades na área em questão, a exemplo daquela centrada no trabalho.

3 A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI

Neste recorte estabelecer-se-á as características dos trabalhadores paraguaios que procuraram emprego no Brasil e foram registrados oficialmente, ou seja, estão ocupados com carteira assinada. Estas informações ficam disponibilizadas no Anuário de Imigração disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Neste artigo, especificamente, foram utilizadas as informações de 2015 as quais expõem os números referentes ao ano de 2014. É importante colocar que os anuários não foram atualizados após aqueles anos, caso contrário os dados poderiam ter uma atualização por parte desta pesquisa.

Quanto aos trabalhadores do Paraguai, os dados referem-se àqueles que são naturais do país e efetivamente conseguiram emprego formal ou foram dispensados. Salienta-se mais vez que aqueles que trabalharam sem carteira assinada não entraram no universo desta pesquisa, isso porque tais valores estabelecem apenas estimativas. Os números absolutos obtidos junto ao MTE já conseguem sedimentar os objetivos desta proposta de estudo.

Observando-se os primeiros imigrantes a vir para o Brasil no século XIX, é possível chegar ao entendimento de que eles se mobilizavam ao país em razão de condições adversas em seu local de origem como: desemprego, pobreza, perseguições diversas, entre outros fatores.

Estes problemas são correlatos à intensa desigualdade social incentivada pelo sistema capitalista imperialista que se intensificava na Europa daquele período.

Naquele contexto, pode-se analisar a mobilidade como um fenômeno de deslocamento forçado ou não. A perspectiva depende das características e do tipo de trabalho exercido pelo sujeito, bem como sua motivação ao se mudar de seu país originário. Segundo Bertonha (1997), incorriam muitas destas motivações econômicas nestas relações entre brasileiros e italianos no final do século XIX e XX, o que corrobora a ideia de que majoritariamente estes imigrantes, especificamente, se deslocavam em função das assimetrias capitalistas em busca de trabalho, o que torna tal mobilidade forçada.

As informações referentes aos imigrantes europeus são encontradas de modo acessível, diferente do que ocorre nos casos mais próximos com os países fronteiriços ao Brasil. Os órgãos oficiais dos países pertencentes ao Mercosul não disponibilizam dados com maiores detalhamentos quanto à ocupação regular de em seus territórios nacionais. O que há de mais concreto são estimativas feitas pelo próprio MTE, bem como, trabalhos acadêmicos que abordaram temáticas semelhantes.

Com relação ao Paraguai, os brasileiros que se mobilizaram para trabalhar no país tiveram a agropecuária como fator significativo de incentivo para deslocamento. Neste aspecto, a partir dos anos de 1960, a saturação da fronteira agrícola na região Sul do Brasil, bem como os incentivos do governo paraguaio para ocupar a porção leste de seu país estimulou a entrada de agricultores brasileiros na área. Estes viviam do outro lado da fronteira sob situações de trabalho diversas: haviam aqueles produtores mais simples e outros mas também outros com a possibilidade de estrutura agrícola mecanizada. (FIRMEZA, 2007).

O Brasil realizou um anuário específico para se tabular informações quanto aos trabalhadores estrangeiros no país. Um trabalho quantitativo importante, isso porque o país em âmbito regional é um dos polos de atração de trabalhadores estrangeiros. Nesta conjuntura, as regiões Sul e Sudeste são aquelas que mais recebem tais sujeitos. Geograficamente, os estados sulistas são responsáveis por receber grande quantidade de imigrantes, principalmente dos países fronteiriços, como se pode observar nas tabelas 01, 02 e 03.

Tabela 01: Principais nacionalidades em admissão no estado do Paraná (2014)

PAÍS	ADMITIDOS	DEMITIDOS
REPÚBLICA DO HAITI	4.183	1.641
PARAGUAI	509	156
SENEGAL	375	188
BANGLADESH	198	95
ARGENTINA	170	65
PORTUGAL	104	42
COLÔMBIA	82	36
GANÁ	56	1
GUINÉ	56	26
ESPAÑA ¹	55	20
OUTROS	560	255
TOTAL	6.348	2.525

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Tabela 02: Principais nacionalidades em admissão no estado de Santa Catarina (2014)

PAÍS	ADMITIDOS	DEMITIDOS
REPÚBLICA DO HAITI	6.015	2.077
GANÁ	707	313
ARGENTINA	517	296
SENEGAL	372	169
URUGUAI	151	105
REPÚBLICA DOMINICANA	101	35
PARAGUAI	97	61
COLÔMBIA	86	49
PORTUGAL	78	41
PERU	57	33
OUTROS	442	232
TOTAL	8.623	3.411

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Tabela 03: Principais nacionalidades em admissão no estado do Rio Grande do Sul (2014)

PAÍS	ADMITIDOS	DEMITIDOS
REPÚBLICA DO HAITI	2.494	866
SENEGAL	1.884	936
ARGENTINA	381	196
URUGUAI	341	154
GANÁ	178	64
REPÚBLICA DOMINICANA	81	25
COLÔMBIA	78	32
PORTUGAL	55	14
PERU	53	51
PARAGUAI	49	17
OUTROS	382	128
TOTAL	5.976	2.483

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

O Haiti é o país ao qual se tem o maior número de indivíduos admitidos com carteira assinada no período considerado nos três estados da região Sul do Brasil. Tal situação se dá a partir das questões econômicas sociais que o Haiti passou na última década, bem como as políticas migratórias que o Brasil estabeleceu com os estrangeiros haitianos, isto é, os reconheceu como refugiados. Portanto, em comparação com os imigrantes de outras nacionalidades, os refugiados haitianos tiveram naquele período mais facilidade para entrar no país (SILVA, 2015). Há ainda a presença de pessoas de nacionalidades africanas que se apresentam também como refugiados (CORRÊA, et. al., 2015).

Posteriormente aos casos haitianos e africanos aparecem os casos referentes os países sul-americanos. No caso do Paraná, representado pela tabela 01, há a ocorrência de considerável de paraguaios sendo admitidos e demitidos, 509 e 156 indivíduos respectivamente, número maior até do que o de senegaleses.

Na tabela 02, ao qual representa o estado de Santa Catarina, há igualmente grande presença de haitianos e ganeses. Os paraguaios aparecem na sétima posição com 97 e 61, admitidos e demitidos respectivamente. A posição geográfica justifica a maior presença de argentinos e uruguaios em detrimento de paraguaios.

Quanto ao Rio Grande do Sul, presente na tabela 03, encontram-se mais uma vez haitianos e senegaleses protagonizando a quantidade de trabalhadores contratados e dispensados. Os paraguaios aparecem na décima posição com admissão de 49 e demissão de 17. Geograficamente, a proximidade da referida unidade federativa contribui para a maior presença

de argentinos e uruguaios, inclusive, é aquela entre as três destacadas que apresentam o maior número de uruguaios.

As três últimas tabelas em si, foram apenas descritas e julgadas quanto a proximidade geográfica das unidades federativas em questão e seus países fronteiriços ao qual estabelecem relações de mobilidade populacional, principalmente na questão do trabalho. Em um ponto de vista crítico, a análise torna-se mais rica ao passo que se distribui o olhar para cada país no que tange o entendimento de suas especificidades, assim, para tal, o recorte seguinte tratará das relações de mobilidade centrada no trabalho entre Brasil e Paraguai.

O Paraguai possui uma fronteira muito dinâmica com o Brasil, uma vez que existe um comércio de produtos importados que incentivou o desenvolvimento urbano e comercial da porção leste do país. Contudo, é de se esperar que as dinâmicas capitalistas que se dão na fronteira não absorvem toda mão de obra disponível na região, esta mão de obra ociosa pode ser entendida como um exército de trabalhadores que, por seu excesso, reduzem o valor da mão de obra local.

Outra questão a se considerar é a possibilidade de melhores condições de salário do outro lado da fronteira, o que incentivaria o deslocamento de paraguaios, mesmo que estes fossem para o Brasil para exercer funções de cunho braçal. Na tabela 04, a seguir, encontra-se as atividades econômicas exercidas pelos paraguaios que se dirigiram ao Brasil e assinaram carteira, bem como aqueles que forma demitidos.

Tabela 04: Principais atividades econômicas, admissão x demissão dos paraguaios, Brasil (2014)

ATIVIDADE ECONÔMICA	ADMITIDOS	DEMITIDOS
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	120	40
CULTIVO DE MANDIOCA	57	48
ABATE DE AVES	50	19
MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS	49	37
RESTAURANTES E SIMILARES	49	12
FRIGORÍFICO - ABATE DE SUÍNOS	40	10
COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - SUPERMERCADOS	38	8
CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECIONADAS SOB MEDIDA	32	18
HOTÉIS	25	7
COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL	23	2

OUTRAS	686	248
TOTAL	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins.

Ao se considerar os imigrantes admitidos, tem-se como principais atividades exercidas aquelas relacionadas: à construção de edifícios, ao cultivo de mandioca, ao abate de aves e à montagem de estruturas metálicas. São funções distintas, mas que possuem em comum o fato de ser atividades de elevado esforço físico e com remuneração relativamente baixa se comparado à carga horária de trabalho. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ranking das atividades. Além das atividades principais, as ocupações podem refletir o tipo de trabalho ao qual os paraguaios mais são empregados, conforme a tabela 05:

Tabela 05: Principais ocupações, admissão x demissão dos paraguaios no mercado de trabalho, Brasil - 2014

OCUPAÇÃO	ADMITIDOS	DEMITIDOS
ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUÇÃO	74	18
PEDREIRO	72	23
SERVENTE DE OBRAS	72	25
TRABALHADOR VOLANTE DA AGRICULTURA	67	49
ARMADOR DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	41	38
VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	38	13
ABATEDOR	31	12
EMBALADOR, A MÃO	27	3
FAXINEIRO	26	15
REPOSITOR DE MERCADORIAS	22	9
OUTRAS	699	244
TOTAL	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins.

Os paraguaios, quanto as suas ocupações no Brasil, costumam ainda se submeter a cargos de baixa remuneração, isto é, no caso da tabela 04. Tem-se como mais admitidos os exemplos de: alimentador de linha de produção, pedreiro, servente de obras, trabalhador volante da agricultura, entre outros. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. São cargos que não exigem mão de obra

especializada no que se refere ao ensino superior. A escolaridade muito contribui com o perfil do trabalhador paraguaio, portanto, é importante também analisar as informações da tabela 06:

Tabela 06: Admissão x demissão de paraguaios, segundo escolaridade, Brasil (2014)

ESCOLARIDADE	ADMITIDOS	DEMITIDOS
ANALFABETO	5	2
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	252	107
FUNDAMENTAL COMPLETO	234	79
MÉDIO INCOMPLETO	122	47
MÉDIO COMPLETO	508	195
SUPERIOR INCOMPLETO	15	3
SUPERIOR COMPLETO	33	16
TOTAL	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins.

A escolaridade, no que toca os admitidos, tem como principais representantes no caso paraguaio os indivíduos que apresentam o ensino médio completo, seguido do fundamental incompleto e fundamental completo. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. São categorias pouco qualificadas que justificam empregos em setores e cargos trabalhistas de baixa remuneração.

Inclusive é notório e relevante pontuar que aqueles os quais possuem curso superior e incompleto ficam diluídos entre os trabalhadores pouco qualificados, são irrelevantes, portanto, dentro deste universo de análise. Tais trabalhadores se encontram espalhados pelo país, fato que dificultariam estabelecer o local ao qual estão inseridos, portanto, justifica-se a presença da tabela 07, ao qual coloca as UFs que estas pessoas se destinaram.

Tabela 07: Admissão x demissão de paraguaios, por UF, Brasil – 2014

UNIDADE FEDERATIVA	ADMITIDOS	DEMITIDOS
PARANÁ	509	156
MATO GROSSO DO SUL	249	96
SÃO PAULO	181	86
SANTA CATARINA	97	61
RIO GRANDE DO SUL	49	17
DEMAIS UFS	84	33
TOTAL	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

Destaca-se a maior presença de paraguaios admitidos no Paraná, seguindo a lógica geográfica, fica evidente que a UF é aquela que mais receberia trabalhadores, logo em seguida tem-se o Mato Grosso do Sul, que, assim como o anterior, possui ampla fronteira com o estado vizinho. Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão em sequência na quarta e quinta posição em número de paraguaios admitidos, atrás ainda de São Paulo que, além da proximidade geográfica, é o principal polo econômico do Brasil, sendo, portanto, um fator de atração destes imigrantes.

Dentro do universo de 1.169 indivíduos admitidos é relevante destacar que 655 estão nos estados do sul do país, isto é, mais de 50% do total. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades. As cidades as quais estas pessoas se dirigem também se configura como relevante, uma vez que, indicam o quanto se mantém próximas ou se afastam da área fronteiriça, a partir da tabela 08 pode-se observar tais dados.

Tabela 1: Principais municípios em admissão de paraguaios, Brasil (2014)

MUNICÍPIO UF	ADMITIDOS	DEMITIDOS
FOZ DO IGUAÇU - PR	198	50
SÃO PAULO - SP	138	74
NAVIRAÍ - MS	57	38
CAMPO GRANDE - MS	56	23
MEDIANEIRA - PR	48	12
PONTA PORÃ - MS	45	4
MATELÂNDIA - PR	28	10
CASCADEL - PR	27	13
DOURADOS - MS	24	10
CURITIBA - PR	22	11
OUTRAS	526	204
TOTAL	1.169	449

Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins

A zona de fronteira entre Brasil e Paraguai possui 150 km, ela é paralela à linha divisória terrestre do território nacional dos países. Dentro desta área, entre os dez municípios mais ocorrentes quanto ao emprego de paraguaios, sete são fronteiriços, Foz do Iguaçu, Naviraí, Medianeira, Ponta Porã, Matelândia, Cascavel e Dourados. Os outros três, São Paulo, Campo Grande e Curitiba, são capitais de Estado, aos quais possuem mais atrativos para tais indivíduos.

De todos os municípios cinco são do Paraná, de modo que quatro são da faixa de fronteira. Tais dados ajudam a refletir em relação ao que os paraguaios se movem dentro do

Brasil, em um universo de 1.169 pessoas há a certeza de que pelo menos 301 se encontravam na fronteira do Paraná naquele período, ou seja, aproximadamente 25% do total. Isso fora os demais municípios que não foram elencados entre os dez primeiros no estado. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranking das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade dos trabalhadores do Paraguai nos estado do Sul do Brasil tem perfis distintos quando confrontados, ou seja, a partir das características únicas de cada indivíduo, bem como, composição econômica, social e cultural, apresentam particularidades que podem ser discutidas a partir de suas ocupações quanto aos setores econômicos, nível de escolaridade, destino de imigração e média salarial. Ao se intersectar as informações dos referidos estados do Brasil, estabeleceu-se uma base para o entendimento das necessidades destes indivíduos em seu país de origem.

A princípio, a partir dos números presentes no Ministério do Trabalho e Emprego, destaca-se as ocupações mais exercidas por aqueles cidadãos do Paraguai que assinaram carteira no Brasil. Por meio destas informações, pôde-se elencar as principais ocupações separadas por setor econômico e as suas vulnerabilidades no país de origem.

O trabalhador estrangeiro que busca melhores condições de salário em locais mais desenvolvidos não possui alta qualificação é o que se demonstrou a partir dos cargos e escolaridade dos indivíduos identificados no Paraguai. A baixa escolaridade dos trabalhadores justifica uma tentativa de melhoria de vida, arriscam-se em um local de cultura distinta da sua, o que já insere dificuldades em tal empreitada. A média salarial do Brasil é maior quando comparada ao país vizinho, o que explica a mobilidade centrada no trabalho, ainda que do lado oposto da fronteira passem a ocupar cargos de maior esforço físico e baixa remuneração.

A maioria se mantém nas unidades federativas mais próximas, e também, nos municípios de fronteira, com as capitais apresentando grande contingente populacional dos países vizinhos, mesmo com a relativa distância. Na fronteira parte desta mobilidade é pendular, ou seja, trabalha-se de um lado da fronteira e mora-se no outro. A proximidade também impede desafios maiores,

em caso de insucesso, o regresso não demandaria dificuldade, ressalta-se que foram destacados também o número de estrangeiros demitidos, e estes não foram poucos.

Por fim, é pertinente colocar que o desenvolvimento de toda a economia brasileira; sendo ela: muito maior, diversificada e dotada de relativa tecnologia; é responsável por gerar um sentimento de maiores possibilidades para os trabalhadores do próprio país, o que por consequência diminui a superexploração do próprio proletário brasileiro, isso quando este é comparado aos paraguaios que se arriscam no Brasil. O resultado de tais fatos amplifica o valor agregado do produto manufaturado brasileiro, vendido majoritariamente no Mercosul, desta forma, o trabalhador de fronteira tende a se deslocar ao país vizinho para buscar melhores condições de salário, ainda que isso lhe incorra de maior possibilidade de exploração.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Oldemar. **Soberania: noções e fundamentos**. São Paulo: Lex, [19..].
- BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie. La problemática territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna II Mulino, 1977.
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 319-367.
- BERTONHA. João Fabio. **O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943**. Revista Brasileira de Políticas Internacionais. 40 (2): 106-130, 1997.
- CORRÊA, Mariana Almeida Silveira; NEPUMUCENO, Raísa Barcellos; MATTOS, Wesley H. C.; MIRANDA, Carla. **Migração por sobrevivência: soluções brasileiras**. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 221-236, jan./jun. 2015.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Le principe de d'interaction: fondement logique et pratique de la recherche moderne em gographie. In BUSCAGLIA, Augusto, et. al. **Colloquio sulle basi teoriche dela ricerca geografica**. Torino: Giappichelli, 1975. p. 28-38.
- FRASSON, Margarete. **Alunos brasiguaios em movimento na tríplice fronteira**. 2014. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão. 2014.
- FIRMEZA, George Torquato. **Brasileiros no exterior**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- GUICHONNET, Paul. e RAFFESTIN, Claude. **Géographie des Frontières**. Presses Universitaires de France: Paris, 1974
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: **Geografia Conceitos e Temas**, org. CASTRO, Iná Elias de ; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012. 352 p.

- HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discursos diplomático brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 268 p.
- MAX, Cláudio Zarate. **Desenvolvimento das economias locais de fronteira: as assimetrias, as possibilidades de cooperação e o papel das proximidades promovidas**. In: II Seminário Internacional América Platina, 2008, Campo Grande-MS. Anais II Seminário Internacional América Platina, 2008.
- MAX, Cláudio Zarate; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista**. Geosul, 24(47), 7-27. 2009.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.
- RIBEIRO, Vitor Hugo. **A mobilidade forçada e a exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do noroeste paranaense**. 2011. 174 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2011.
- ROCHA, Márcio Mendes. **A Espacialidade das Mobilidades Urbanas – Um olhar para o Norte Central Paranaense**. 1998. 180 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. São Paulo, 1998.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SILVA, Henrique Manoel da. **Fronteiras: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio**. Maringá: Eduem, 2010.
- SILVA, Sidney Antônio da. **Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos?** Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 119-134, jan./jun. 2015.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia Conceitos e Temas**, org. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

Recebido em 06/06/2022
Aprovado em 13/06/2022